

o mundo do terror e da insegurança

josé maria carvalho ferreira*

Manifestamente a nossa tragédia biológica e social no contexto da evolução do Estado e do capitalismo não tem limites. Demonstrando-se incapazes de legitimar as suas funções de regulação e controle da dominação e da exploração pelas vias normativas clássicas, a única solução que prolifera envolve a produção do terror e da segurança junto a uma espécie humana atomizada e desesperada, cujo sentido histórico caminha a passos largos para a sua extinção.

A dimensão geográfica e territorial dessa tendência não se resume às fronteiras político-administrativas da Europa. Apesar dos diferentes desenvolvimentos e perversões provocadas pelo capitalismo à escala mundial, todos os continentes, sem exceção, estão articulados entre si através da mesma tragédia e exprimem a mesma realidade negativa: 1) destruição avassaladora do equilíbrio ecossistêmico; 2) guerras regionais e nacionais e guerras civis entre indivíduos e grupos da socie-

* Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e editor da revista *Utopia*.

dade civil; 3) aumento galopante dos processos migratórios locais, regionais, nacionais e continentais induzidos pelas calamidades naturais, guerras, desemprego, precarização da vinculação contratual do trabalho assalariado, exclusão social, indigência, pobreza, crime, droga e violência, que afetam sobremaneira os mais vulneráveis e os oprimidos, mas também todos os indivíduos que sofrem as vicissitudes da alienação e outros que se aproveitam das perversões resultantes desse processo; 4) crescente padronização espaço-temporal da racionalidade instrumental do capitalismo no sentido da estruturação de uma nova ordem econômica, social, política e cultural.

Perdidos e anestesiados por mecanismos de regulação assentes no poder do mercado, do Estado e dos *mass media*, para o cidadão comum o que mais influi na sua percepção cotidiana são as imagens e as consequências mortíferas e violentas de um terror generalizado e normalizado dos exércitos e das polícias dos diferentes Estados e organizações transnacionais (ONU, OSCE; NATO). Impotentes para explicar fenômenos que há algumas décadas eram considerados impensáveis em termos de direitos humanos, emergem novos maniqueísmos civilizacionais atravessados por integristas religiosos e nacionalismos atávicos. No caso específico da defesa da civilização ocidental, face ao perigo iminente da implementação de civilizações “bárbaras e retrógradas”, os argumentos teóricos e práticos mais em voga desenvolvem-se na produção de pulsões de morte em detrimento das pulsões de vida. A produção do terror e da segurança pela via das armas e das prisões é a arma escolhida pela civilização ocidental. Os fins justificam uma imensidão de meios de terror e de segurança utilizados e a utilizar. Em nome da luta contra um terror islâmico que nasceu das entranhas da

racionalidade instrumental do capitalismo e com o qual este se vivificou e sempre pactuou, surgem agora limitações e contradições inesperadas para a civilização ocidental. Para o Estado e os senhores do capital, os terroristas não são somente aqueles que protagonizaram o ataque ao World Trade Center, em Nova Iorque, no dia 11 de Setembro de 2002, mas são sobretudo todos aqueles que subjetivamente e objetivamente não se vergam perante a grande mistificação e manipulação simbólica do poder instituído, cuja função ideológica primacial consiste em realizar uma anestesia sistemática e profunda da nossa memória histórica, que há séculos pugna pela emancipação social. Por isso, em nome de um emprego que mata e embrutece e nos transforma em meros produtores e consumidores de mercadorias, em nome de uma “guerra santa” comandada pelos interesses estratégicos das transnacionais do petróleo, do material de guerra e da finança, cada um de nós é constrangido a tornar-se um indivíduo que luta por um emprego e um salário de forma desenfreada, seja em fábricas que caminham para a falência, seja, na melhor das hipóteses, integrando os contingentes militares e policiais, que tendem a aumentar exponencialmente.

Para compreender a natureza da luta contra o terror islâmico e os potenciais terroristas de todo o mundo e a insegurança que os diferentes Estados e o capitalismo propagam a nível mundial é preciso saber, primeiro, onde está a sua origem e, depois, perceber os contornos dos seus efeitos negativos. Deste modo, importa sobremaneira refletir sobre as características da racionalidade instrumental do capitalismo associados ao advento das tecnologias da informação e da comunicação e, por outro lado, à crescente integração da ciência e da técnica no domínio das atividades econômicas correlacionadas com a produção, distribuição, troca e

consumo de bens e serviços. Em segundo lugar, é crucial explicar as mudanças profundas que estão ocorrendo na organização do trabalho e a crise de regulação da sociedade civil pelo Estado e pelo mercado, em presença das contingências resultantes das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais provocadas pela atual fase da globalização. Por último, interessa sobremaneira discernir sobre os conteúdos e as formas do desvio, do crime e da violência que geram a exclusão social e a marginalidade social e, conseqüentemente, as modalidades de terror e de segurança do capitalismo contemporâneo e do Estado transnacional em formação para controlar e integrar os múltiplos desviantes na lógica da sua estabilidade normativa.

1. Racionalidade instrumental do capitalismo, novas tecnologias e mundo do trabalho

Muitas das críticas que habitualmente se fazem ao Estado e ao capitalismo têm origem em modelos interpretativos e explicativos com referências exclusivas às contradições e antagonismos gerados pela dominação e a exploração.

Não obstante esta análise continue sendo válida, na minha opinião, há que compreender as outras razões que estão na base da identidade e da conformidade dos oprimidos e explorados em relação à reprodução da legitimação do Estado e do capitalismo. Para este efeito, é necessário perceber os contornos de regulação e de estruturação da racionalidade instrumental do capitalismo, realidade que, pelo seu caráter abstrato e universal, é exterior à vontade dos milhares de milhões de trabalhadores assalariados e, inclusive, dos milhares de milhões de acionistas que controlam e vivem do capital. É uma racionalidade que ao transformar o ser

humano em objeto de produção, de distribuição, de troca e consumo de bens e serviços, torna-o imperativamente em objeto de maximização de lucro que, posteriormente, é objeto de socialização e apropriação diversificada de uma multidão de pequenos e grandes acionistas do capital, cuja essência é cada vez mais abstrata e cujo rosto se torna cada vez mais difícil discernir.

O trabalhador assalariado, ao transformar-se num mero objeto de uma racionalidade que lhe escapa e não pode controlar, foi, é e só poderá ser objeto de aperfeiçoamento sistemático de produção de mercadorias e de lucro. Com a crescente integração da ciência e da técnica promovidas pela evolução da racionalidade instrumental do capitalismo, a sua capacidade produtiva de mercadorias e de lucro aumentou inexoravelmente.

As novas tecnologias são a expressão mais genuína dessa evolução. De fato, se tivermos presente o impacto das novas tecnologias nos domínios da socialização da informação e da comunicação no contexto da organização do trabalho, facilmente nos apercebemos das grandes mudanças que vêm sendo progressivamente desenvolvidas no mundo do trabalho. Fazendo parte de um processo contínuo de crescente integração da ciência e da técnica, as novas tecnologias observáveis sobremaneira na informática, na micro-eletrônica, na telemática, na robótica e na biotecnologia, são fundamentalmente um processo de automatização dos gestos, movimentos, pausas e tempos que antes estavam confinados à execução de tarefas e funções adstritas ao fator de produção-trabalho. É um processo secular que começou a ser visível no tempo histórico da contestação ludita no século XIX na Inglaterra e que hoje atinge paroxismos inauditos no mundo do trabalho contemporâneo. Um denominador comum atravessa a crescente integração da ciência e da técnica na organização do

trabalho: a deslocação e integração progressiva de grande parte da energia, da informação e do conhecimento, que antes estava corporizado no “saber-fazer” do operariado clássico, nos mecanismos automáticos das novas tecnologias, no fundo, tudo o que personificava a perícia, competências e qualificações decorrentes das profissões e constrangimentos estruturais e funcionais da divisão do trabalho, da autoridade hierárquica, do processo de decisão e do processo de liderança que corporizam o processo de produção de bens e serviços.

As consequências desta evolução são cada vez mais evidentes na vida cotidiana do mundo do trabalho. De uma forma sistemática e profunda, nunca como agora as transnacionais e as multinacionais do capitalismo desenvolvido puderam padronizar num espaço-tempo universal o mesmo modelo de novas tecnologias e de organização do trabalho. Os efeitos da globalização em curso são francamente visíveis na produção, distribuição, troca e consumo dos mesmos bens e serviços no âmbito do planeta Terra, na deslocalização de capitais, investimentos, fusões, concentrações de capital através de um sistema financeiro abstrato e sem rosto, a partir do qual redes sociais aproximam o tempo real do tempo virtual e permitem a interação e a conexão entre milhares de milhões de trabalhadores assalariados com diferentes qualificações e competências, com diferentes salários e com diferentes tipos de contratos de trabalho.

É evidente que, nestas circunstâncias, assiste-se a uma potenciação generalizada da valorização do capital à escala mundial, ao mesmo tempo que são reforçados os mecanismos de concorrência e de competição no mundo do trabalho assalariado. Os processos de tomada de decisão tornam-se, por tais motivos, mais abstratos e as hipóteses de participação dos trabalhadores

assalariados são cada vez mais irrelevantes. A desigualdade social acentua-se, ao mesmo tempo que a mobilidade social na escala de estratificação social evolui no sentido descendente.

Mantendo-se os fatores estruturantes da racionalidade instrumental do capitalismo, a tendência é para aumentar a dualização e a crescente estratificação e desigualdade no seio do mundo do trabalho. A correlação existente entre as novas tecnologias e a organização do trabalho determinará, em primeiro lugar, que uma grande parte dos trabalhadores assalariados sejam despedidos e que uma parte dos jovens ou outros grupos sociais que pretendem trabalhar como assalariados nunca o possam fazer. Esta dualização nos diz que hoje e amanhã a tendência é para que poucos tenham a hipótese de ter um emprego e que outros engrossam a multidão de desempregados já existentes. Em segundo lugar, todos aqueles que foram suficientemente qualificados e que estiverem na base da concepção, da programação, controle e manutenção das novas tecnologias terão as competências requeridas para usufruírem de salários altos e, se forem suficientemente competitivos e actualizarem as suas competências e qualificações, terão chances de obter alguma estabilidade na sua vinculação contratual no mercado de trabalho. Todavia, todos aqueles que possuírem pouca ou nenhuma qualificação, que não sejam suficientemente competitivos, que não adquiram a formação e a reciclagem profissional exigidas para adquirirem as competências adequadas para se tornarem vigilantes ou apêndices funcionais das novas tecnologias, mergulharão no desemprego ou tenderão a usufruir de salários baixos e de uma vinculação contratual precária no mercado de trabalho. Em terceiro lugar, todos aqueles que, efetivamente, conseguirem adaptar-se de forma competitiva,

flexível e polivalente aos constrangimentos estruturais e funcionais das qualificações e competências exigidas pela racionalidade instrumental do capitalismo, para além de usufruírem de salários altos e de alguma estabilidade na sua vinculação contratual, serão os produtores de uma subjetividade, cujo sentido e orientação se identifica com a ordem social e a ordem econômica vigente. Os outros milhares de milhões, ao manter-se a sua situação de desempregados, de desqualificados, de salários baixos e de precariedade na vinculação contratual, são constrangidos a evoluir para uma situação de exclusão social, de pobreza ou de indigência, o que manifestamente os induz a uma produção de sentido desviante contrária aos desígnios normativos da ordem social e da ordem econômica subsistente. Por outro lado, o sentido da subjetividade que gera objetivamente a pobreza, a miséria, o crime, a violência e a droga que não é enquadrável nos mecanismos de regulação e de controle do Estado e do mercado normativo, produz sobremaneira uma economia subterrânea ou informal que não pára de crescer e que induz necessariamente à emergência de um Estado e de um mercado com características ilegais e informais.

Um denominador comum atravessa o mundo do trabalho assalariado: contradições e limites que indiciam a sua insustentabilidade histórica. Na verdade, o trabalho assalariado atingiu um paroxismo inaudito. O homem, ao transformar-se na negação da sua própria essência biológica e social, caminha a passos largos para a sua própria destruição. A tragédia tanto se passa na condição de empregado como na de desempregado. A alienação capitalista restringiu a condição humana e o seu destino individual ao emprego assalariado. Quando esta finalidade imperativa não é consumada, acentua-se a sua dependência das caridades do Estado-pa-

drinho, tendo como quadro de vida a absoluta monetarização das relações sociais, e por isso, sem salário, apenas lhes resta a miséria, a submissão e a desumanidade. Os recentes episódios de encerramento de unidades industriais de multinacionais em Portugal, ao arrepio das leis e dos acordos estabelecidos com os governos é demonstrativo da erosão do contrato social que envolve o capital e o trabalho assalariado.

É por demais evidente que as tipologias desviantes são muito diferentes entre países capitalistas desenvolvidos e países capitalistas pouco desenvolvidos. O mesmo se poderá afirmar em relação aos níveis de desenvolvimento diferenciados, comparando continentes, nacionalidades, regiões e localidades do planeta Terra. Na estrita medida em que a padronização espaço-temporal da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços ainda não atingiu o mesmo grau de sistematização e de intensidade no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, não admira que em vez de um único modelo padrão de novas tecnologias e de organização do trabalho assumam-se as lógicas de deslocalização e territorialização do capital à escala mundial. Face a essa incapacidade relativa, são as próprias massas trabalhadoras esfomeadas e empobrecidas pelas calamidades naturais, guerras nacionais e regionais e conflitos religiosos, que são constrangidas a emigrar para outros continentes, países ou regiões que ainda têm capacidade de integrar trabalho assalariado nas suas economias específicas.

Quando escrevemos ou falamos sobre a espiral do terror e esquemas de segurança cada vez mais sofisticados, estamos, logicamente, pensando na ação do Estado-Nação clássico e de organizações transnacionais mais visíveis (ONU, OMC, UE, NAFTA, NATO, Banco Mundial, Grupo dos 8, etc.) contra a emergência de ter-

rorismos religiosos desviantes que manifestamente derivam das perversões da implementação da racionalidade instrumental do capitalismo à escala mundial. Mas se correlacionamos outras formas de terrorismo e implementação de esquemas de segurança contra os imigrantes e os trabalhadores assalariados que trabalham nas fábricas e nos hipermercados, nas escolas e nos hospitais, nos cafés e nos transportes, etc., facilmente nos apercebemos de um outro tipo de terror, cujo caráter objetivo e subjectivo está sendo desenvolvidos por um *big brother* mundial assente no poder das armas e da vigilância de milhares de câmaras de televisão; de vigilância e controle que entram subrepticamente nas nossas casas, nos locais de trabalho, nos locais públicos, com a finalidade de incutir nas nossas mentes que todos somos potenciais terroristas e que se não formos obedientes e submissos em relação ao poder simbólico dos *mass media*, dos senhores da guerra, da finança, da droga e do petróleo, não poderemos sobreviver enquanto seres humanos. Por outro lado, forcem-nos, ainda, a aceitar passivamente as modalidades de concorrência e de competição impostas pela guerra civil existente entre trabalhadores assalariados, por forma a sermos efetivamente polivalentes, flexíveis e atores da empregabilidade. Esta guerra é fratricida porque ela transforma o homem lobo do homem e porque atravessa profundamente o mundo do trabalho. É uma forma sofisticada de uma guerra civil individualizada, na qual apenas a lei do mais forte impera.

Por ironia do destino, a grande massa de desviantes tem a sua origem nos milhares de milhões de desempregados e pobres que não podem ser trabalhadores assalariados, nem produtores e consumidores de bens e serviços no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo. Uma das decisões mais em voga do Es-

tado-Nação ou das organizações internacionais tende a corporizar-se na generalização de uma esquadra da polícia em cada rua, de um hospital psiquiátrico em cada bairro e de um exército com capacidade de intervenção à escala local, regional, nacional e mundial. Nestes domínios, efetivamente, não existem problemas de desemprego e, provavelmente, só com a expansão inaudita deste tipo de terror e de segurança capitalista e estatal se poderão controlar e integrar os desviantes no sentido da estabilidade normativa.

2. Globalização: o desenvolvimento desigual das ordens econômica, social, política e cultural

Com base nas tendências já referidas em termos da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo e nos fatores substantivos que são a sua essência básica — novas tecnologias e organização do trabalho — depreende-se que a globalização é fundamentalmente veiculada pela construção de uma ordem econômica. Todavia, com base nas contradições e conflitos gerados por esta ordem econômica, verifica-se que a evolução das ordens política, social e cultural não se identifica com as necessidades estruturais e institucionais da racionalidade instrumental do capitalismo.

No que concerne à ordem política, as modalidades de governação do Estado-Nação em termos executivos, legislativos e jurídicos estão desadaptadas das necessidades do controle e da regulação das atividades económicas que decorrem da expansão geográfica e territorial das multinacionais e das transnacionais a nível mundial. A governação política do Estado-Nação está desajustada em relação aos requisitos institucionais e estruturais que a nova ordem econômica mundial exige, na estrita medida em que a sua capacidade de con-

trole e regulação territorial e político-administrativa revela-se incoseqüente face à força do poder econômico e financeiro das multinacionais e das transnacionais. As guerras de caráter regional ou nacional, embora correspondam a uma luta pela formação de novos Estados e à reconfiguração político-administrativa e territorial dos Estados já existentes, por outro lado exprimem sobremaneira a estrutura de uma nova configuração política mundial que se adapte de forma eficiente à ordem econômica em curso. Em termos geográficos, a centralidade territorial do processo de configuração de uma nova ordem política está sediada no modelo hegemônico dos EUA, porque este país tem a força militar mais representativa para impor uma governação política baseada nos princípios e práticas da democracia representativa. As atuais guerras e as suas expressões diversificadas em fenômenos terroristas são determinadas por interesses econômicos e financeiros, mas em última instância têm como grande objetivo estratégico a implementação de um sistema político incrustado por uma governação legislativa, jurídica e executiva de cariz totalitário.

Pela natureza das tendências em curso já analisadas podemos opinar no sentido da persistência de defasagens entre a ordem econômica e a ordem política. Todavia, essas defasagens são menores do que aqueles que subsistem entre a ordem econômica e a ordem social. No quadro da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo já detectamos fenômenos sociais cuja pertinência e perversões societais não podem ser omitidas, nomeadamente se tivermos presente a sua dimensão qualitativa e quantitativa em termos de desvio social consubstanciado em desemprego, pobreza, miséria, crime, violência e droga. São problemas desviantes de caráter estrutural e institucional que tendem a desen-

volver-se, não podendo, por via disso, ser tratados como meros fenômenos casuísticos que podem ser superados pela guerra, pela fome e a indignação, pela contratação generalizada de mais policiais e militares, e a construção desenfreada de prisões e hospitais psiquiátricos ou, ainda, pura e simplesmente, deixar morrer indiscriminadamente de fome uma parte substancial da espécie humana através de calamidades e catástrofes naturais.

A criação de redes transnacionais de controle e repressão dos desviantes pode diminuir a ação do famigerado terrorismo internacional protagonizado pelo integralismo religioso, mas não pode controlar e reprimir todos os potenciais “terroristas” que já mergulharam ou mergulharão no desemprego, na indignação ou na pobreza, porque já não têm emprego ou não podem trabalhar como assalariados no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

Neste sentido, não se entende nem se compreende como é que a UE e os EUA se transformaram em ilhas de um capitalismo desenvolvido, quando fecham as suas fronteiras e reprimem de uma forma selvática os processos migratórios de uma multidão de esfomeados e empobrecidos, cuja única hipótese de sobrevivência é transformarem-se em objetos de produção, de distribuição, de troca e de consumo de mercadorias. Seria lógico tornar todos os imigrantes em escravos modernos da nova ordem econômica. Todavia, não é isso que ocorre. Em vez de serem integrados na lógica normativa da racionalidade instrumental do capitalismo são objeto de esquemas de segurança próprios das sociedades escravistas de antanho e, na pior das hipóteses, pela cor da sua pele e tamanho da sua barba, pura e simplesmente, tornam-se potenciais terroristas. Não é de admirar que perante este cenário se assista ao fim da

negociação e da contratação coletiva com base nas reivindicações fomentadas pelos trabalhadores assalariados nos trinta gloriosos anos do capitalismo (1945-1975) e que as premissas democráticas da justiça e da política social, no sentido da diminuição da desigualdade social e do desenvolvimento da mobilidade social, estejam sendo invertidas ou extintas. Neste domínio, podemos dizer que a evolução da ordem social caminha, tendencialmente, para o desvio e a exclusão social em detrimento da coesão social e da integração social que são fundamentais para a manutenção e reprodução do capitalismo e do Estado.

Em função do que acabamos de referir, o hiato que observamos entre a ordem política e a ordem econômica é muito menor do que aquele que subsiste entre esta última e a ordem social. Pela natureza das contradições e antagonismos sociais subsistentes, é extremamente difícil que o sentido da ação individual e coletiva se traduza na construção de uma identidade colectiva harmoniosa e conducente com a ordem social vigente. A explicação plausível para a fomentação do terror por parte dos diferentes Estados e organizações transnacionais do poder instituído advém do fato de que cada indivíduo “per si”, objetivamente e subjetivamente, é cada vez menos produtor de sociabilidade e de cooperação, necessitando, para o efeito, de constrangimentos e sanções punitivas que vão desde a anestesia e lavagem cerebral até ao encarceramento e morte através da violência e do terror dinamizados pelas ações policiais, militares, educacionais, midiáticas e psiquiátricas.

Partindo do mesmo raciocínio, não podemos esquecer que uma das formas mais sofisticadas da globalização é dinamizada pelas tecnologias de informação e da comunicação. A latitude e a importância desta realidade é incontestável. Na verdade, se pensarmos nas caracte-

rísticas da informação que é possível socializar, quer em termos quantitativos quer qualitativos, e se pensarmos, ainda, nos meios e formas inauditas que existem para emitir, transmitir e recepcionar toda essa informação, então podemos e devemos admitir que as nossas capacidades/possibilidades de comunicação nunca atingiram a expressão que estamos vivendo. É uma realidade que é perpassada também por um processo de aprendizagem social e um processo de aculturação que implicam novas modalidades de percepção, categorização e organização da informação que mudam substancialmente os nossos hábitos cognitivos e comportamentais. Os signos e significados são traduzidos em linguagens baseadas em imagens que nos remetem para formas e conteúdos de aculturação dos domínios do audiovisual, eliminando e condicionando a nossa autonomia e margem de manobra no sentido de uma aculturação traduzida em cognições e comportamentos verbalizados por formas e conteúdos escritos ou oralizados.

É evidente que esta evolução no sentido da criação de uma mesma linguagem padrão em nível mundial, com intuito de estruturar uma nova ordem cultural, é objeto de grandes antagonismos e contradições. Porque a cultura tem a sua origem em valores, crenças, linguagens e ideologias que se traduzem em sistemas de representação coletiva inquestionáveis, normalmente associados à moral e à ética de cada sociedade ou cultura; não admira que a ordem cultural identificada com os desígnios de evolução da racionalidade instrumental do capitalismo seja a mais difícil de concretizar. A emergência de conflitos e guerras atravessados por formas contraproducentes de violência e de terror no Afeganistão e no Oriente Médio, e com previsibilidade de se generalizar a outras regiões e continentes, ape-

nas demonstra que as maiores perversões e a consequente oposição contra a ordem econômica, social e política do capitalismo em nível mundial têm a sua origem na defesa intransigente de uma ordem cultural com raízes seculares. Os nacionalismos e os integrismos religiosos transformaram-se, assim, quase no único antídoto e a única âncora que permitem aos oprimidos e esfomeados do mundo inteiro assumir a sua salvação e a sua identidade coletiva. A cultura, no sentido relativo e largo do termo, personifica, por este motivo, quase a única forma de resistir às perversões da racionalidade instrumental e, por outro lado, de cimentar a ligação e fortalecer os laços de solidariedade e de cooperação de uma vida sem sentido histórico.

Portanto, antes de se escrever ou falar do terrorismo religioso ou do terrorismo nacionalista é fundamental caracterizar o terrorismo da guerra e os esquemas de encarceramento e as medidas de segurança fomentadas pelo Estado-Nação e as organizações transnacionais que, indubitavelmente, estão na sustentação dos primeiros. Simultaneamente, é necessário caracterizar o terrorismo dos *mass media* e de todos os poderes instituídos do Estado-Nação e das organizações transnacionais que procuram anestesiar e moldar as nossas mentes no sentido de transformar todos os desviantes em potenciais terroristas, quando a sua subjetividade e ação vão no sentido da crítica e da transformação radical da ordem social, econômica, política e cultural vigentes.

Por fim, importa sublinhar que a probabilidade de constituição de movimentos sociais alternativos aos nacionalismos e integrismos religiosos não passa, necessariamente, pela reprodução mecanicista de movimentos sociais tradicionais decorrentes dos modelos sindicais ou partidários.

Todo e qualquer movimento social alternativo, nos dias de hoje, passa pela criação de um sentido histórico balizado pela emancipação social. O que implica a erradicação do Estado e da racionalidade instrumental do capitalismo à escala universal.

Enquanto seres biológicos e seres sociais, a nossa trajetória histórica só pode ser refletida enquanto seres de âmbito universal. A nossa natureza biológica nos diz que o sol, o mar, a água, os rios, as florestas, espécies animais e espécies vegetais, são de todos e não são de ninguém. Mas o que é fato é que só somos vida se dermos vida a esses elementos naturais que são a nossa própria vida. Enquanto seres alienados e oprimidos pela guerra, violência, crime e competição provocados pela nossa condição de escravos do Estado e do capital, só deixaremos de o ser se nos transformarmos em cidadãos do mundo, e nos transformarmos em fonte de liberdade, de amor, de solidariedade e de cooperação, estimuladoras de pulsões de vida, invertendo o atual sentido de produção de pulsões morte.

RESUMO

O terror não é um acidente de percurso ou mesmo um efeito indesejável da ordem social, hoje imperativamente planetária, do modelo de civilização moderna e ocidental. Longe disto, há, na política e na economia, a produção sistemática do terror e da segurança como potencialização de dominações sobre mentes que buscam abrigo, já que a escolha universalista pelo adormecimento não é mais do que a escolha por pulsões de morte.

ABSTRACT

O terror não é um acidente de percurso ou mesmo um efeito indesejável da ordem social, hoje imperativamente planetária, do modelo de civilização moderna e ocidental. Longe disto, há, na política e na economia, a produção sistemática do terror e da segurança como potencialização de dominações sobre mentes que buscam abrigo, já que a escolha universalista pelo adormecimento não é mais do que a escolha por pulsões de morte.